



# CONTRATO

ROGERIO LUIS HOFFMANN

CPF: 604.771.991-00

CURITIBA | 28.05.2024

TributoJusto

## INSS PATRONAL

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços de consultoria tributária, de um lado, **ROGERIO LUIS HOFFMANN**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CEI sob o nº 604.771.991-00, sediada à Fazenda Moderninha - Estrada Costa Rica, KM 48, S/N – Zona Rural, Chapadão do Céu/GO, CEP 75.828-000; **ROGERIO LUIS HOFFMANN**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CEI sob o nº 32.610.00413/85, sediada à Fazenda Maraney - Rodovia 050, KM 03, S/N, à Direita – Zona Rural, Chapadão do Céu/GO, CEP 75.828-000; **ROGERIO LUIS HOFFMANN**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CEI sob o nº 80.007.72263/81, sediada à Fazenda Campo Novo - Rodovia GO, 302 KM 161, à Direita 20 KM, S/N, Entrada Toca Onça – Zona Rural, Aporé/GO, CEP 75.825-000, denominadas simplesmente **CONTRATANTES**, e de outro lado, **TRIBUTO JUSTO - TECNOLOGIA, CONSULTORIA E AUDITORIA TRIBUTARIA LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 51.979.018/0001-18, com sede à Avenida Anita Garibaldi, nº 2480 - São Lourenço, Curitiba/PR, CEP 82200-550 e **TRIBUTO JUSTO - MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTARIA LTDA**, empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ sob o nº 38.661.672/0001-10, com sede à Avenida Anita Garibaldi, nº 2480 - São Lourenço, Curitiba/PR, CEP 82200-550, doravante denominadas simplesmente **CONTRATADAS**, têm, entre si, como justo e contratado, o que se segue:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

**1.** Tendo em vista as orientações estabelecidas pela Instrução Normativa nº 2055/2021 da Receita Federal do Brasil (RFB) e a jurisprudência do poder judiciário e do Conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), as **CONTRATANTES** pactuam com as **CONTRATADAS**, a fim de que estas auxiliem lhes na recuperação administrativa e judicial de créditos de INSS Patronal decorrentes de pagamentos indevidos realizados a título de tributos incidentes sobre verbas indenizatórias e não contributivas da folha de pagamento.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

**2.1.** Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária e administrativa na execução dos serviços, consistentes em:

**Item 1** – Análise, levantamento de dados e documentos para apuração, e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto a “RFB – Receita Federal do Brasil, referente ao INSS” a título de “Contribuição Previdenciária Patronal – contribuições para terceiros”, **visando diminuir e/ou isentar, quando legal, a carga tributária incidente** sobre as seguintes exações, conforme já esclarecido em parecer técnico apresentado:

**a) VERBAS A-** auxílio-educação; salário família; salário maternidade; aviso prévio indenizado; 15 primeiros dias auxílio doença/acidente.

“RAT – Risco Ambiental de Trabalho” (RAT + FAT) com a “redução das alíquotas de grau de risco, consoante anexo V do Decreto nº 3048/1999”, com vigência a partir de “janeiro de 2008”.

**b) VERBAS B-** vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico, e farmácia.

**c) VERBAS C** – gratificações; adicional de insalubridade; DSR, 13º indenizado, IRRF e INSS, horas extras e reflexos.

**Item 2** – Interposição de medidas administrativas e judiciais, que se fizerem necessárias ao bom cumprimento do objeto acima, junto aos órgãos e jurisdições competentes, com o acompanhamento até a decisão final, de trânsito em julgado.

**2.2.** Após o envio da documentação e acessos mencionados na cláusula 2, as **CONTRATADAS** apresentarão às **CONTRATANTES** os valores e natureza das verbas passíveis de recuperação. Após a autorização das **CONTRATANTES**, as **CONTRATADAS** poderão efetuar as efetivas providências para dar seguimento aos pedidos de compensação.

**2.3.** As **CONTRATADAS** se comprometem a manter as **CONTRATANTES** atualizadas a respeito das alterações legislativas, jurisprudenciais (administrativa e judicial) e posicionamentos da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comunicando as **CONTRATANTES** em caso de qualquer modificação do grau de risco das verbas mencionadas no item acima. Em caso de omissão das **CONTRATADAS**, as mesmas poderão ser responsabilizadas por eventuais prejuízos que cause às **CONTRATANTES**.

**2.4.** As **CONTRATANTES** devem providenciar todas as informações e facilitar o acesso aos documentos necessários **dos últimos 60 (sessenta) meses** para elaboração e consequente ingresso das medidas redutivas, garantindo às **CONTRATADAS** completa autonomia de trabalho, com livre acesso a livros, documentos e anotações que se relacionam direta ou indiretamente ao objeto do contrato, colocando, ainda, suas estruturas de recursos humanos, jurídica e contábil à disposição das **CONTRATADAS**.

**2.5.** As **CONTRATADAS** se obrigam a explicar às **CONTRATANTES** a pertinência e relação dos documentos e acessos solicitados da empresa, sempre que questionadas. Se não justificada a relação da documentação e acesso solicitado e o escopo desse contrato, as **CONTRATANTES** poderão negar a solicitação das **CONTRATADAS**.

**2.6.** As **CONTRATADAS**, desde já, deixam ciente às **CONTRATANTES** que **não realizarão** a exclusão das verbas acima expostas caso, ao longo do contrato, prevalecer decisão dos Tribunais Superiores desfavorável aos interesses das partes.

**2.7.** As **CONTRATADAS** responsabilizam-se apenas pelos procedimentos decorrentes deste contrato, eximindo-se do que for alheio ao objeto da presente prestação de serviços, ficando as **CONTRATANTES** integralmente responsáveis por eventuais impedimentos decorrentes de outra prestadora de serviços.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO**

**3.1.** Em contraprestação aos serviços prestados, as **CONTRATANTES** pagarão às **CONTRATADAS**:

Serão pagos às **CONTRATADAS** o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) incidentes sobre o total dos valores do benefício recuperado decorrente dos últimos cinco anos, que serão auferidos pelas **CONTRATANTES** por meio das compensações de créditos tributários com débitos previdenciários vincendos e vencidos efetuados administrativamente.

**a)** O pagamento deverá ser efetuado em parcelas do percentual acordado no caput da cláusula 3.1, calculadas conforme o valor da utilização do crédito mensal pelas **CONTRATANTES** por meio de documentos comprobatórios, tais quais: Guias de Recolhimento; Extratos da FPM; Declarações para compensações e GFIP, DARF, e detalhamento das compensações enviadas no mês, em formato de memorial de cálculo, com os números de transmissão das PERDCOMPs, valores, verbas indenizatórias/remuneratórias, débitos e créditos, etc.

**b)** O pagamento dos honorários será calculado considerando o percentual acordado no contrato de prestação de serviço sobre os valores do crédito efetivamente recuperados pelas **CONTRATANTES**. Os valores para os créditos serão corrigidos pela taxa SELIC mês a mês, sendo que a diferença nos honorários para essa correção será computada e cobrada mensalmente de acordo com a atualização dos créditos.

**3.2.** Se tratando de **INSS PATRONAL**, os pagamentos dos honorários serão efetuados na mesma data do pagamento da DARF - Documento de Arrecadação de Tributos Federais (INSS), sendo enviado às **CONTRATANTES** o boleto de pagamento após a compensação de cada mês observando a data limite, como o de vencimento do imposto/tributo devido às **CONTRATANTES** no percentual estabelecido na cláusula 3.1 sobre o valor total do benefício recuperado no mês, sendo que quaisquer custos adicionais relacionados a prestação de serviço (taxas, fretes, seguros, locomoção, etc.) serão arcados exclusivamente pelas **CONTRATADAS**.

**3.3.** No caso de atraso no pagamento dos Honorários, incidirá multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% a.m. (um por cento ao mês).

**3.4.** Persistindo o atraso no pagamento dos honorários no mês seguinte, as **CONTRATADAS** poderão suspender a execução dos serviços independentemente de notificação judicial ou extrajudicial até a regularização por parte das **CONTRATANTES**, eximindo-as inclusive de qualquer responsabilidade pelos danos causados no período da respectiva paralização; ou considerar rescindido o presente contrato, devendo, contudo, cumprir com as formalidades previstas no *item 10.2* do presente instrumento.

**3.5.** Na hipótese de as **CONTRATANTES** requisitarem a apresentação do memorial de cálculo *discriminado* às **CONTRATADAS** antes de findar a prestação de serviço pactuado neste instrumento particular, fixa-se então que será antecipado integralmente os honorários avençados às **CONTRATADAS**. A disponibilização do cálculo mensal pormenorizado fica condicionado ao pagamento da diferença referente a parte honorários pactuados conforme a cláusula 3.1, considerando os meses compensados.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS.**

**4.1.** Para o fiel cumprimento das obrigações descritas na cláusula segunda deste instrumento, as **CONTRATANTES** estabelecem com as **CONTRATADAS** como prazo de entrega dos serviços o esgotamento do crédito ou decisão final administrativa.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

**5.1.** As **CONTRATADAS**, além das responsabilidades legais e contratuais já previstas neste instrumento, comprometem-se a:

**5.1.2.** Prestar seus serviços profissionais às **CONTRATANTES** nas áreas administrativas, judiciais e contábeis;

**5.1.3.** As **CONTRATADAS** se responsabilizam pela apuração e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto a “RFB – Receita Federal do Brasil, referente ao INSS” a título de “Contribuição Previdenciária Patronal;

**5.1.4** As **CONTRATADAS** se dispõem a sanar quaisquer dúvidas e questionamentos, bem como, atuar em fiscalizações, autos de infração, execuções fiscais e demandas judiciais relacionados ao objeto deste instrumento, sem limitação de prazo, haja vista sua responsabilidade sobre as compensações transmitidas, em atenção também ao estabelecido na cláusula 4.1.

**5.1.5.** As **CONTRATADAS** responsabilizam-se por todo o procedimento operacional necessário para a recuperação dos créditos apurados.

## **CLÁUSULA SEXTA - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO, NOTIFICAÇÃO E TERMO DE INTIMAÇÃO DA RECEITA FEDERAL**

**6.1.** As **CONTRATANTES** deverão enviar para as **CONTRATADAS** eventual pedido de esclarecimento, notificação ou termo de intimação recebida da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) ou poder judiciário para que então as **CONTRATADAS** realizem a análise técnica jurídica, contábil e fiscal.

**6.2** Caso ocorra o descrito no *item 6.1* desta cláusula, caberá às **CONTRATADAS** assumirem todas as respostas, defesas e recursos cabíveis, em fiscalização, auto de infração, execução fiscal e demanda judicial relacionado aos procedimentos por ela realizados.

**a)** as tratativas contidas neste item referem-se a todo e qualquer contato, seja ele telefônico, por e-mail, presencial, carta, dentre outros, perante a Receita Federal/Auditor/Órgãos do Poder Judiciário.

**6.3** Caso não sejam cumpridos os *itens 6.1 e 6.2 ("a")*, as **CONTRATADAS** não se responsabilizarão por eventuais reflexos ocasionados pelas tratativas diretas das **CONTRATANTES** com o órgão requerente (Receita Federal).

**6.4.** As **CONTRATADAS** se comprometem a realizar todos os contatos e tratativas administrativas e judiciais necessárias a respaldar o direito dos créditos das **CONTRATANTES**, caso incorra o descrito no item 6.1 salvo se descumpridos os itens 6.1 e 6.2.

**6.5.** As **CONTRATADAS** se comprometem a manter as **CONTRATANTES** informadas sobre todas as respostas, defesas, recursos e ações propostas, comunicando-a da linha de defesa adotada e dos andamentos relevantes dos processos administrativos e judiciais.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DAS CONTRATANTES**

**7.1.** A responsabilidade pela autenticação e veracidade das informações presentes nos documentos *supracitados* é das **CONTRATANTES**, uma vez que a partir delas que as **CONTRATADAS** desempenharão seus serviços.

**7.2.** Se os créditos forem aproveitados fora dos padrões e orientações das **CONTRATADAS** ou forem identificadas incorreções na documentação utilizada como base para o desenvolvimento do presente trabalho e comprometam a quantificação e

qualidade do trabalho desenvolvido, as **CONTRATANTES** se responsabilizarão integralmente pela sua própria defesa e danos decorrentes.

**7.3.** Fica pactuado entre as partes que, após a autorização dos trabalhos, as **CONTRATANTES** estão obrigadas a realizarem as demais compensações dos créditos objetos deste contrato **EXCLUSIVAMENTE** com as **CONTRATADAS** até o esgotamento dos referidos créditos, independentemente de hipóteses do Poder Judiciário, seja por qualquer de suas instâncias, ao reconhecer *erga omnes* (a favor de todos) o crédito levantado, bem como se houver edição de lei (ou outro instrumento legal) que também faça idêntico reconhecimento do crédito.

**7.4.** Restando descumprido o item 7.3 desta cláusula pelas **CONTRATANTES**, as mesmas deverão arcar com os honorários integrais sobre o valor dos créditos residuais autorizados por ventura não compensados, estando sujeitas à negativação, protesto, execução imediata, além de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo índice vigente (IGPM-FGV) à época da inadimplência.

**7.5.** As **CONTRATANTES** se responsabilizam a informar qualquer procedimento administrativo realizado com o mesmo objeto daquele a ser recuperado pelas **CONTRATADAS**, bem como declaram que até a presente data não tem ação em trâmite na esfera judicial com o mesmo objeto tratado nesse contrato. Da mesma forma, as **CONTRATANTES** se comprometem a não ingressar com processo judicial para discutir as mesmas verbas que estão em recuperação administrativa no presente contrato.

**7.6.** Durante o período de compensação dos créditos tributários, as **CONTRATANTES** se comprometem a não realizar o pagamento das respectivas guias a serem compensadas. Caso haja o pagamento no período da utilização de créditos e não informado antecipadamente às **CONTRATADAS**, será cobrado um valor adicional de honorários para retificação das guias para seu valor original, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais).

**7.7.** As **CONTRATANTES**, no momento da assinatura do contrato, declaram ciência acerca das verbas de níveis 1, 2 e 3, previstas na cláusula 2, as quais possuem entendimento em tribunais e/ou conselhos fiscais/administrativos, de modo que, caso haja questionamentos, processos ou glosa por parte da Receita Federal, as **CONTRATANTES** contarão com a assessoria jurídica, contábil, administrativa e judicial, asseguradas nesse instrumento sem custo adicional para as mesmas. As **CONTRATADAS** não poderão ser responsabilizadas pelas decisões superiores, assumindo apenas a prestação de serviços no que toca a defesa administrativa ou judicial das **CONTRATANTES**.

**7.8.** Após a análise das PER/DCOMPs mensais pela receita federal, as **CONTRATADAS** se responsabilizam pela realização do procedimento de compensação administrativa perante a receita federal. No caso da não homologação da compensação, quando do trânsito em julgado da decisão judicial definitiva, as **CONTRATADAS** procederão com a devolução dos honorários recebidos referentes tão somente aos créditos refutados que foram objeto da recuperação realizada pelas **CONTRATADAS**.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA CONFIDENCIALIDADE**

**8.1.** Os profissionais das **CONTRATADAS**, designados para execução dos trabalhos, ficarão comprometidos a manter absoluto sigilo e completa confidencialidade sobre todos os elementos e documentos que tomarem conhecimento no decorrer dos trabalhos que vierem a ser prestados.

#### **CLÁUSULA NONA – RESCISÃO**

**9.1.** O presente contrato somente pode ser alterado **por mútuo consentimento das partes e por escrito.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL**

**10.1.** Considera-se hipótese de rescisão do contrato no caso de inadimplência no pagamento dos honorários nas datas pactuadas, devendo a notificação de rescisão ser feita via **CORREIO – “AR – MI”**, bem como não serão restituídos os valores por ventura adimplidos, os quais serviram para amortização do serviço prestado, além das demais sanções.

**10.2.** Na ocorrência da rescisão contratual prevista no item anterior, as **CONTRATADAS** deverão responder pelo acompanhamento das ações mencionadas até seu esgotamento administrativo e judicial, haja vista sua responsabilidade pelo trabalho desempenhado. De mesmo modo, ficam mantidas as obrigações de comunicação das **CONTRATANTES** a respeito das defesas, estratégias e movimentações relevantes. As **CONTRATANTES** poderão, por sua liberdade, optar por serem representadas administrativa e judicialmente por outro escritório, caso em que revogará os poderes das **CONTRATADAS**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS PENALIDADES**

**11.1.** Em caso de rescisão unilateral do contrato ou infringência de cláusulas contratuais e legais, fica estipulada multa contratual no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito administrativo apurado em favor da parte prejudicada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS REFLEXOS FUTUROS**

**12.1** Após a finalização do trabalho, as **CONTRATADAS** acompanharão anualmente os reflexos futuros dos itens identificados que vierem a reduzir a carga tributária futura das **CONTRATANTES**, sendo devidos os honorários previstos neste **CONTRATO** pelos



**próximos 60 (sessenta) meses**, contados a partir da aceitação da recuperação dos créditos/benefícios.

**Parágrafo Único:** Entende-se por reflexos futuros os benefícios gerados nos casos identificados pelas **CONTRATADAS** durante a vigência do presente contrato que ocasionem redução da carga tributária. Identificado o benefício e apresentado para as **CONTRATANTES**, após aprovação, serão devidos os honorários no percentual pactuado.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SEGURO GARANTIA

**13.1.** Para garantia o fiel e perfeito cumprimento de todas as obrigações ora ajustadas, deverá este contrato estar resguardado pela apólice de seguro de Responsabilidade Civil Profissional, abaixo discriminada e ora anexada.



APÓLICE RC PROFISSIONAL

Filial Emissora FLORIANÓPOLIS	Apólice 1007800387982	Endosso 0000000	Proposta 23185494	DT. Emissão 01/02/2024
Grupo RESPONSABILIDADES	Ramo 78 - R. C. PROFISSIONAL	Processo Susep 15414.611232/2021-36	Moeda REAL	Cosseguro NÃO

**Seguradora: BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA - 01414**  
**Endereço: AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE, 1455 15 AND**  
**CNPJ: 07.021.544/0001-89**  
**SAC: 0800-777-3123**

Para falar com a Ouvidoria Berkley ligue para: **0800-797-3444**  
ou envie um e\_mail para: **ouvidoria@berkley.com.br**



Assinado digitalmente por  
Luciano Spina Silva



**BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS SA - 01414**

**13.2.** A Garantia prevista no item “13.1” terá validade até a finalização da prestação dos serviços das **CONTRATADAS**, ou enquanto perdurar a vigência deste instrumento particular.

**13.3.** Caso ocorra vencimento da garantia antes do encerramento das obrigações contratuais, as **CONTRATADAS** providenciarão a respectiva renovação.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

**14.1.** As **partes** elegem o foro da Cidade de Curitiba/PR, para o fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, mesmo existindo outro mais benéfico.

E por acharem justas e contratadas, as partes firmaram em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, declarando cumprir fielmente todas as disposições contidas no presente instrumento.

Curitiba, 28 de maio de 2024.

## CONTRATANTES

ROGERIO LUIS  
HOFFMANN:60  
477199100

Assinado de forma digital  
por ROGERIO LUIS  
HOFFMANN:60477199100  
Dados: 2024.07.12 16:31:55  
-03'00'

---

## ROGERIO LUIS HOFFMANN

CEI sob o nº 604.771.991-00

CEI sob o nº 32.610.00413/85

CEI sob o nº 80.007.72263/81

## CONTRATADAS



---

## TRIBUTO JUSTO - TECNOLOGIA, CONSULTORIA E AUDITORIA TRIBUTÁRIA LTDA

CNPJ nº 51.979.018/0001-18

## MAW CONSULTORIA EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIA LTDA

CNPJ nº 38.661.672/0001-10

**FORMULÁRIO**

PARA MAIOR CELERIDADE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS, A TRIBUTO JUSTO SOLICITA AOS PARCEIROS O PREENCHIMENTO DAS SEGUINTE INFORMAÇÕES:

<b>EMPRESA</b>	ROGERIO LUIS HOFFMANN
<b>CNPJ</b>	

**EMPRESA É OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL?**

☐ SIM ☒ NÃO

Se sim, em qual período? \_\_\_\_\_

☐ GPS/GFIP ☐ E-SOCIAL

**EMPRESA É OPTANTE PELA DESONERAÇÃO EM FOLHA?**

(RECOLHIMENTO DE CPBR) ☒ N

**DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo: MIGUEL

Telefone fixo e ramal, se houver:

Telefone celular: 64-99906-4948

E-mail:

**DADOS DO FINANCEIRO**

Nome completo: MIGUEL

Telefone fixo e ramal, se houver:

Telefone celular:

E-mail:

## DADOS DA CONTABILIDADE

Nome da Contabilidade: **AGRICONT**

Nome do Contador:

Telefone fixo e ramal, se houver: **67-3562-1818**

Telefone celular:

E-mail: **ODACIR@AGRICONTCONTABILIDADE.COM.BR**

1. Realiza ou realizou compensações ou restituições através de PER/DCOMP Web? Se sim, sobre qual tributo e qual período foi recuperado?

**NÃO**

2. A empresa possui alguma ação judicial (julgada ou pendente de julgamento) discutindo o mesmo objeto do contrato?

**NÃO**

3. A empresa possui algum apontamento a ser observado durante a realização dos procedimentos a serem adotados?

**NÃO**

QUAL O VALOR DA GUIA MENSAL DE INSS?

R\$ 89 659,00 89659.00

ROGERIO LUIS  
HOFFMANN:6  
0477199100

Assinado de forma digital  
por ROGERIO LUIS  
HOFFMANN:60477199100  
Dados: 2024.07.12  
16:37:27 -03'00'

---

ASSINATURA DO CONTRATANTE